



PARECER CONCLUSIVO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PARECER: N°.03/2025 – CIM – Controle Interno Municipal
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Prainha – Pará
ORGÃO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração (SEMAP)
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 052025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 05/2025
VIGÊNCIA: 10/01/2025 À 31/12/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnico profissionais e assessoria e consultoria publica, de natureza singular, incluindo: diagnóstico e levantamento dos problemas atuais relacionado á transparência publica; seleção de servidores responsaveis de cada setor capacitação de servidores escolidos; assessoria completa para coleta, revisão e publicação de material de exigidos por lei; relatorios mensais de acompanhamento;implantação de toda a tecnologia necessaria para a publicação constante das informações obrifgatorias; criação, gestão e manutenção de site e e-mail governamental para o municipio. Visando atender à Lei 12.527/2011. Lei da transparencia (LCP)131/2009) e à Lei de responsabilidade Fiscal(LCP 101/2000).Conforme exigencias dos Tribunais de Contas, Ministério Público Federal (MPF)e outras entidades, em razão da necessidade de aprimoramento e melhoria dos serviço publicos por meio da tecnologia da informação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Prainha/PA.

DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL

O Sr. **WALDIR AUGUSTO BENTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua. José Alencar, 02, Bairro São Benedito, Município de Prainha, Estado do Pará, **responsável pelo Controle Interno do Município de PRAINHA-PA**, nomeado nos termos do **DECRETO 021/2025**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do **§1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO N°. 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014**, que analisou integralmente o certame licitatório identificado acima, norteado pelo que predispõe o Art. 74 da Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar 14.133/21, visando evidenciar os princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência na gestão do patrimônio e do recurso público municipal.



DA ANÁLISE CONCLUSIVA DESTE CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, e na Lei Complementar 101/2000, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, atribuindo a este, dentre outras competências, a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio de acompanhamento, levantamento, fiscalização contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial relativos às atividades administrativas do poder executivo, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeiro e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, aplicação das subvenções de receitas, eficiência e eficácia. Tendo em vista que a contratação sub examine, implica a realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

Em referência ao artigo 74, Parágrafo Primeiro da Constituição Federal, cabe ressalva quanto a responsabilidade solidária do Controlador Interno, tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim, sua atribuição de apoiar o Controle Externo. Importante também destacar que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, nem confere "atesto" de recebimento dos materiais/produtos/serviços ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe ao gestor/ ou servidor por ele indicado por meio de instrumento próprio.

DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO

Acostados ao presente processo, encontra-se os seguintes documentos abaixo:

- ✓ Documento de Formalização de Demanda - DFD;
- ✓ Razão da escolha.
- ✓ Declaração de compatibilidade.
- ✓ Autorização da compatibilidade competente.
- ✓ Autuação.
- ✓ Documento de habilitação
- ✓ Atestado de capacidade técnica.



- ✓ Justificativa de preço.
- ✓ Justificativa da contratação.
- ✓ Minuta de contrato.
- ✓ Parecer jurídico

DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Dada a fundamentação e documentações acima mencionadas, objetiva-se formalizar a seguinte contratação abaixo detalhada:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL - ADJUDICADO
CR2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA UNIPessoal LTDA	CNPJ.50.288.682/0001-58	R\$. 24.377,64 VINTE E QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SESSENTA E QUATRO REAIS.

DA CONCLUSÃO

Eu, **WALDIR AUGUSTO BENTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua. José Alencar, 02, Bairro São Benedito, Município de Prainha, Estado do Pará, nomeado nos termos do **DECRETO 021/2025**, responsável pela Controladoria Geral do Município de Prainha/PA, **declaro** que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais, **estando apto a gerar despesas para a municipalidade**.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

CONCLUI-SE QUE que o presente processo administrativo licitatório Nº 052025-SEMAP -INEXIBILIDADE 05/2025, encontra-se revestido da Lei de Licitações, e, portanto, esta Controladoria emite **PARECER FAVORÁVEL**, concordando com sua posterior homologação, conforme preconiza o inciso VII, do Art. 17, da Lei 14.133/2021.

Requer-se, finalizada a análise, que todos os demais atos posteriores a este Parecer, inclusive os contratos gerados e extratos de contratos, sejam publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no Portal da transparência do Município.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAINHA
PODER EXECUTIVO
CNPJ.04.860.854.0001-07
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRAINHA
Construindo um futuro melhor

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada, enfatizando, contudo, que qualquer outra comprovação documental que altere o entendimento até aqui exposto, deverá ser revisto o entendimento deste parecer.

É o Parecer.

Prainha-Pará, 15 de janeiro de 2025.

Responsável pelo Controle Interno Municipal:

Waldir Augusto Bento dos Santos
Controlador Geral do Município de Prainha
Portaria 021/2025 – PMP/GP